



LEI COMPLEMENTAR N.º 435, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1985

Partes vetadas pelo Senhor Governador do Estado e mantidas pela Assembleia Legislativa, do projeto que se transformou na Lei Complementar n.º 435, de 23 de dezembro de 1985, que altera as Escalas de Vencimentos aplicáveis aos funcionários, servidores e inativos do Estado e dá providências correlatas.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Luiz Carlos Santos, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de novembro de 1969), os seguintes dispositivos da Lei Complementar n.º 435, de 23 de dezembro de 1985, da qual passam a fazer parte integrante:

Artigo 8.º — Fica reaberto, por 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta lei complementar, o prazo de opção previsto nos artigos 24 e 25 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 247, de 6 de abril de 1981.

Parágrafo único — Os efeitos da opção de que trata este artigo retroagem a 1.º de março de 1981.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 1986.

a) Luiz Carlos Santos, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 1986.

a) Januário Juliano Júnior, Diretor Geral

LEI N.º 4.955, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1985

Partes vetadas pelo Senhor Governador do Estado e mantidas pela Assembleia Legislativa, do projeto que se transformou na Lei n.º 4.955, de 27 de dezembro de 1985, que institui a cobrança do imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Luiz Carlos Santos, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), as seguintes expressões e dispositivos da Lei n.º 4.955, de 27 de dezembro de 1985, da qual passam a fazer parte integrante:

Artigo 3.º — ... na tabela constante do Anexo I que integra esta lei,

§ 2.º — ... dos Anexos I e II ... em percentuais não excedentes à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado — I.N.P.C.A., no período de 12 (doze) meses anteriores à sua vigência.

§ 3.º — Para os veículos fabricados nos anos seguintes serão aplicados os mesmos valores dos imediatamente anteriores constantes dos anexos com acréscimo de 5% (cinco por cento) e os reajustes previstos no parágrafo anterior.

§ 4.º — As Tabelas dos Anexos I e II conterão 10 (dez) colunas com valores correspondentes a 10 (dez) anos de fabricação dos veículos com variações em funções de cada exercício.

§ 5.º — Salvo os reajustes previstos neste artigo nenhum acréscimo sobre os valores constantes dos Anexos poderão ser efetuados a não ser com prévia autorização legislativa.

Artigo 7.º —

VI — os proprietários de veículos movidos por motor elétrico;

VIII — o representante comercial autônomo quanto ao veículo utilizado para o exercício de sua profissão;

Artigo 10 — ... oficiais

Parágrafo único — Não será feito o recolhimento do imposto de que trata este artigo sem antes passar pelo "visto" do Departamento de Estradas de Rodagem DER, para verificação da correta arrecadação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 1986.

a) Luiz Carlos Santos, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 1986.

a) Januário Juliano Júnior, Diretor Geral

LEI N.º 5.035, DE 16 DE ABRIL DE 1986

Dá denominação a estabelecimento de ensino

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Luiz Carlos Santos, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Profa. Maria Santos Bairão" a Escola Estadual de 1.º Grau de Vila Osiris, em Santa Isabel.

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

10.º Legislatura

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 1986.

a) Luiz Carlos Santos, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 1986.

a) Januário Juliano Júnior, Diretor Geral

Ordens do dia

17 de abril de 1986

62.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Votação do Requerimento nº 1375, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais quarenta e sete dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os meios de transporte coletivo no Estado.

2 - Votação do Requerimento nº 3262, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais trinta dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os meios de transporte coletivo no Estado.

3 - Discussão e votação do Requerimento nº 2790, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais trinta dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os meios de transporte coletivo no Estado. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

4 - Discussão e votação do Requerimento nº 3594, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais dez dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os meios de transporte coletivo no Estado.

17 de abril de 1986

63.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, alterando as referências das classes de Técnico Desportivo, Técnico Desportivo Encarregado e Técnico Desportivo Chefe. Pareceres nºs 485, 486 e 487, de 1986, respectivamente das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis.

2 - Discussão e votação do Projeto de Lei nº 751, de 1985, apresentado pelo deputado Paulo Sogayar, obrigando os hospitais, maternidades e postos de saúde da rede pública estadual a manterem plantões para a orientação e exposição de métodos naturais de planejamento familiar. Pareceres nºs 333 e 334, de 1986, respectivamente das Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis.

3 - Votação "ad referendum" do Projeto de Lei nº 598, de 1985, apresentado pelo deputado Fernando Leca, dando a denominação de "Professor André Ferreira" à Escola Estadual de 1º Grau do Bairro Ferrazópolis, em São Bernardo do Campo. Parecer nº 412, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 413, de 1986.

4 - Votação "ad referendum" do Projeto de Lei nº 612, de 1985, apresentado pelo deputado Tonico Ramos, dando a denominação de "Dr. Américo Piva" ao trecho da Rodovia SP-197, que liga os municípios de Brotas, Torrinha e Santa Maria da Serra. Parecer nº 475, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 476, de 1986.

5 - Votação "ad referendum" do Projeto de Lei nº 707, de 1985, apresentado pelo deputado Archimedes Lamoglia, dando a denominação de "Doutor José da Fonseca Rosas" ao Centro de Saúde - CS II Piracema, daquele Município. Parecer nº 335, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Saúde em seu Parecer nº 336, de 1986, na forma da emenda da Comissão de Justiça.

6 - Votação "ad referendum" do Projeto de Lei nº 715, de 1985, apresentado pelo deputado Alcysio Nunes Ferreira, dando a denominação de "Joaquim Rosa" à Delegacia de Polícia e à Cadeia Pública de Tambau. Parecer nº 477, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 478, de 1986.

16 de abril de 1986

15.ª Sessão Extraordinária

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo deputado Castello Branco e outros, propondo seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei nº 482, de 1985, de autoria do Sr. Governador, restabelecendo a Loteria do Estado, sob a denominação de Loteria da Habitação.

Pauta

17 de abril de 1986

62.ª Sessão Ordinária

Em Pauta por cinco sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 160 e o item 3, parágrafo único do artigo 152 do Regimento Interno

1.ª sessão

1 - Projeto de Lei nº 258, de 1986, apresentado pelo deputado Milton Baldochi, dando a denominação de "Prof. Evaristo Fabrício" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Aeroporto II, em Franca.

2 - Projeto de Lei nº 259, de 1986, apresentado pelo deputado Maurício Najar, dando a denominação de "Professora Vassilissa Trandafilov Silva" à Escola Estadual de 1º Grau Agrupada do Conjunto Residencial Jardim Maricá, de Moji das Cruzes.

3 - Projeto de Lei nº 260, de 1986, apresentado pelo deputado Archimedes Lamoglia, dando a denominação de "Via Jornalista Edgard de Freitas" ao acesso que liga a Rodovia SP-340 "Prefeito José André de Lima" ao Município de Mococa.

4 - Projeto de Lei nº 261, de 1986, apresentado pelo deputado Laerte Pinto, alterando a redação do artigo 1º da Lei nº 4975, de 19º de 86, que denominou "Profa. Martha Adib Castanho" à Escola Estadual de 1º Grau do Parque das Américas, em São José dos Campos.

5 - Projeto de Lei nº 262, de 1986, apresentado pelo deputado Ricardo Izar, dando a denominação de "Vereador Geraldo Nogueira de Sá" à Casa da Agricultura de Lavrinhas, naquele Município.

6 - Moção nº 89, de 1986, apresentada pelo deputado Geraldo Alcimin, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser fixada a aposentadoria voluntária dos funcionários públicos estaduais em 30 anos de serviço, quando do sexo masculino, e em 25 anos quando do sexo feminino.

7 - Moção nº 90, de 1986, apresentada pela deputada Ruth Escobar, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem destinados recursos, através das agências federais de Fomento e Crédito, para que os produtores rurais possam introduzir, em seus cultivos, técnicas da agricultura ecológica, do controle integrado de pragas e da biotecnologia.

8 - Moção nº 91, de 1986, apresentada pelo deputado José Cicote, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem impedidos os abusos e arbitrariedades praticados pelos fazendeiros e autoridades do Município de Unaí, em Minas Gerais, contra os trabalhadores rurais.

2.ª Sessão

1 - Projeto de Lei nº 255, de 1986, apresentado pelo deputado Evandro Mesquita, dando a denominação de "Profa. Anna Pontes de Toledo Natali" à Escola Estadual de 1º Grau Inocoop São Paulo, de Ermelindo Matarazzo, na Capital.

2 - Projeto de Lei nº 256, de 1986, apresentado pelo deputado Fernando Moraes, dando a denominação de "Professor Miguel de Góes Vieira" à Escola Estadual de 1º Grau de Vila Nossa Senhora de Fátima, em Fartura.

3 - Projeto de Lei nº 257, de 1986, apresentado pelo deputado Wadih Helu, declarando de utilidade pública a "Ordem Nacional dos Escritores", da Capital.

3.ª Sessão

1 - Projeto de Lei nº 252, de 1986, apresentado pelo deputado Vicente Botta, declarando de utilidade pública a "Associação Cristã Brasileira de Beneficência", na Capital.

2 - Projeto de Lei nº 253, de 1986, apresentado pelo deputado Ricardo Izar, dando a denominação de "Capitão Alcécio dos Santos" à Casa da Agricultura de Nazaré Paulista.

3 - Projeto de Lei nº 254, de 1986, apresentado pelo deputado Archimedes Lamoglia, declarando de utilidade pública o "Clube Filatélico e Numismático de Bragança Paulista", naquele Município.

4 - Moção nº 88, de 1986, apresentada pelo deputado Rubens Lara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem desassoreados os canais que cortam o Conjunto Residencial Costa e Silva, em Santos.

4.ª Sessão

1 - Projeto de Lei nº 247, de 1986, apresentado pelo deputado Augusto Toscano, incluindo no calendário turístico do Estado a "Festa do Morango", de Jarinu.

2 - Projeto de Lei nº 248, de 1986, apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, declarando de utilidade pública o "Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula", de Urânia.

3 - Projeto de Lei nº 249, de 1986, apresentado pelo deputado Ary Kara, dando a denominação de "Vereador José Pinto de Souza" à via de acesso que liga a cidade de São Luiz do Paraíso à rodovia SP-125 (Km 43).

4 - Projeto de Lei nº 250, de 1986, apresentado pelo deputado Ary Kara, dando a denominação de "João Batista Furquim" à estrada que vai da SP-50 à SP-42.

5 - Projeto de Lei nº 251, de 1986, apresentado pelo deputado Ricardo Izar, dando a denominação de "Oscar Pereira Machado" à Escola Estadual de 1º Grau Jardim Nakamura - Planalto IV, na Capital.

6 - Moção nº 86, de 1986, apresentada pelo deputado Néfi Talle, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser excluído o Município de Guarulhos do plano experimental de novo horário bancário de atendimento ao público.

7 - Moção nº 87, de 1986, apresentada pelo deputado Laerte Pinto, apelando para o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho no sentido de ser criada a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento em São José dos Campos.

5.ª Sessão

1 - Projeto de Lei Complementar nº 29, de 1986, apresentado pelo deputado Antonio Rezak, alterando a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 338, de 27/12/83, que atribuiu caráter de indenização à gratificação ou verba de representação e à gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial.

2 - Projeto de Lei nº 239, de 1986, apresentado pelo deputado Ary Kara, dando a denominação de "João Roman" à via de acesso que liga a cidade de São Luiz do Paraíso à rodovia SP-125 (Km 42).

3 - Projeto de Lei nº 240, de 1986, apresentado pelo deputado Roberto Purini, declarando de utilidade pública o "Centro Educacional Integrado CEI", de Campinas.

4 - Projeto de Lei nº 241, de 1986, apresentado pelo deputado Floriano Leandrini, dando a denominação de "Hans Suliman Grudzinski" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Itapark, em Mauá.

5 - Projeto de Lei nº 242, de 1986, apresentado pelo deputado Fernando Leca, dando a denominação de "Profa. Maria Aparecida Picha" à Escola Estadual de 1º Grau da Estação Brás Cubas, em Mauá.

6 - Projeto de Lei nº 243, de 1986, apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, declarando de utilidade pública a "Associação Riopreterse dos Deficientes Físicos", em São José do Rio Preto.